

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 017 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ CARLOS FREITAS (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, em seguida, suspendo-a por vinte minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:44 HORAS E REABERTA ÀS 09:04 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO HUMBERTO BOSAÍPO.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Deputado José Carlos Freitas que assuma a 1ª Secretaria.

(O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 10 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, nobres Deputados, para apresentar algumas Indicações e uma Moção.

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de 02 (duas) pontes de madeira nos córregos Corgão e Lambari, no Município de Lambari d'Oeste.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g” do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Ilm Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a premente necessidade de adotar providências que culminem com a construção de 02 (duas) pontes de madeira nos córregos Corgão e Lambari, no Município de Lambari d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A construção de 02 (duas) pontes de madeira nos córregos Corgão e Lambari, no Município de Lambari d'Oeste, é a única alternativa para evitar vários acidentes que, na maioria das vezes, resultaram em mortes e também a quebra de fios elétricos, que sempre resultaram em blecaute, incêndios em padrões e transformadores elétricos, causado pelo intenso tráfego de carretas.

Com a construção das referidas pontes, poderá ser desviado o tráfego de caminhões pesados, evitando transtornos com a falta de energia e evitando acidentes.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

Deputado RENE BARBOUR-PSDB

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a recuperação da Rodovia Estadual MT-170, no trecho da cidade de Barra do Bugres ao Município de Lambari d'Oeste.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a premente necessidade de adotar providências que culminem com a recuperação da Rodovia Estadual MT-170, no trecho da cidade de Barra do Bugres ao Município de Lambari d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

Na Rodovia Estadual MT-170 a pavimentação asfáltica encontra-se danificada e em alguns trechos há impossibilidade de tráfego.

Em diversos locais desta Rodovia a velocidade máxima alcançada pelos veículos, que ainda se aventuram a transitar pela mesma, é de 10 a 20 Km/h.

Desta forma, torna-se uma necessidade a sua recuperação para que o tráfego volte a se normalizar, evitando acidentes.

Cabe ressaltar, é a única via de acesso aos Municípios de Rio Branco e Cáceres.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

Deputado RENE BARBOUR-PSDB

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a pavimentação asfáltica na Rodovia Estadual MT-338, no entroncamento da MT-170, que liga o Município de Lambari d'Oeste ao Município de São José dos Quatro Marcos.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Ilm Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a premente necessidade de adotar providências que culminem com a pavimentação asfáltica na Rodovia Estadual MT-338, no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

entroncamento da MT-170, que liga o Município de Lambari d'Oeste ao Município de São José dos Quatro Marcos.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Estadual MT-338 não possui pavimentação asfáltica e interliga o Município de Lambari d'Oeste ao Município de São José dos Quatro Marcos, no entroncamento da MT-170.

Por essa Rodovia o tráfego de motocicletas, carros, ônibus escolares, caminhões carregados com safra agrícola, canavieira, cargas inflamáveis, é muito intenso, o que torna de primordial importância a pavimentação da mesma, melhorando, assim, as condições de tráfego de toda população de Lambari d'Oeste e também de toda Região.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

Deputado RENE BARBOUR-PSDB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a pavimentação asfáltica da MT-247, no Município de Lambari d'Oeste.

Com fulcro no que preceitua o Art. 239, alínea “g”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Ilm Sr. Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, mostrando a premente necessidade de adotar providências que culminem com a pavimentação asfáltica da MT-247, no Município de Lambari d'Oeste.

JUSTIFICATIVA

A Rodovia Estadual MT-247 que liga os municípios de Barra do Bugres e Lambari d'Oeste não possui pavimentação asfáltica, prejudicando a população que por ela transita diariamente.

Essa Rodovia é de fundamental importância, pois ela serve para o escoamento das safras agrícolas e por ela transitam caminhões cargueiros com produtos inflamáveis, além dos transportes de bovinos, eqüinos, caprino, etc., sendo o tráfego muito intenso.

Sua pavimentação contribuirá com o crescimento social e econômico, não só dos dois municípios supracitado, mas também de todo Estado de Mato Grosso.

Por isso, é necessário que seja tomadas medidas urgentes para que esta obra seja realizada para o benefício de todos.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

Deputado RENE BARBOUR-PSDB

Sr. Presidente, quero apresentar um Voto de Protesto... Eu acho que esta Casa tem que se manifestar quando se fala em crise, quando se fala em falta de recursos e até mesmo quando se vislumbra a possibilidade de faltar recurso para pagar o funcionalismo público, pois se trata de uma medida desastrosa que fará com que nós paremos de aumentar as nossas fronteiras agrícolas, paralisando as madeireiras, provocando desemprego. Isto,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

enquanto no Maranhão, Estado do Ministro do Meio Ambiente, a agricultura se desenvolve numa velocidade maior do que em qualquer outro local do País. Querem fazer de Mato Grosso aqui, agora, o quintal do Brasil, com uma indústria de oxigênio e nós vamos viver do quê, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Está aí o meu Voto de Protesto:

Com fulcro no Artigo 272, alínea “c”, da Consolidação do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário e que registre nos Anais e encaminhe expediente ao Exmº Sr. Presidente da República, ao Exmº Sr. Ministro do Meio Ambiente e ao Exmº Sr. Superintendente Nacional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, nosso Voto de Protesto, vazado nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO manifesta seu veemente Voto de Protesto contra a Portaria nº 16/99-N, de 17 de fevereiro de 1999, que estabelece a suspensão de Concessão de Autorização para Desmatamento, pelo prazo de 120 dias (cento e vinte) dias.

JUSTIFICATIVA

A Portaria citada suspendeu a Concessão de Autorização para Desmatamento, por um período muito longo, 120 dias, ou seja, 04 meses.

Tal período de suspensão acarretará prejuízos irreparáveis às pessoas que sobrevivem do setor agrícola.

Cumpre-nos lembrar ainda que para que Mato Grosso continue sendo o maior produtor de grãos do País é preciso expandir sua fronteira agrícola. Tal medida se torna inviável devido à suspensão de concessão para desamamento, pois é justamente dentro deste período de 120 (cento e vinte) dias que deveria ser realizada a preparação para o plantio.

Cabe salientar que Mato Grosso tem como sua atividade principal a agricultura, gerando empregos e criando divisas, abastecendo de grãos todo o País.

Na medida em que se aumenta a população, há necessidade da expansão agrícola, pois a nossa gente será a grande prejudicada.

Preocupamo-nos, logicamente, com o meio ambiente, e achamos que este deve ser preservado e protegido, mas não podemos nos esquecer também, que existem pessoas autorizadas por lei, que possuam madeireiras para fabricação de portas, batentes, móveis etc, gerando milhares de empregos, e a tal medida, acarretará um alto índice de desemprego aumentando ainda mais a atual crise pelo qual o País atravessa.

A portaria supracitada, não contribui com nenhuma melhora ao meio ambiente, certamente levará milhares de famílias ao maior mal que aflige o País, pois o período estipulado para fins de revisão e avaliação é muito superior ao suportado pelos setores agrícolas e madeireiros.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

Deputado RENE BARBOUR-PSDB.

E não só suspende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda cancelaram os projetos já aprovados também. Segue, aqui, uma ampla justificativa. Eu espero que a Casa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

tome uma posição diante de um problema tão sério como este que estamos atravessando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, eu quero fazer um breve comunicado, no Pequeno Expediente, e tratar mais dois assuntos muito rapidamente.

Primeiro, dizer que se confirmou a suspeita que nós tínhamos ontem, à noite, de que o Ministério da Saúde fez intervenção no SUS de Cuiabá, em função de denúncia de irregularidade, de cobrança ilegal de taxas, ou sobretaxas para atendimento à clientela. Isto mostra a urgência de nós instalarmos aquela Comissão proposta por nós, com o apoio de uns doze ou treze Deputados, que certamente pode não só estabelecer um diagnóstico e eventualmente criticar quem estiver errado, mas principalmente propor alternativas para se sair da crise do Sistema de Saúde em Cuiabá.

É esse o nosso propósito e o Ministro José Serra, ao intervir no Sistema Único de Saúde de Cuiabá, por trinta dias, criou uma situação muito peculiar, muito traumática, porque, na verdade, retira os recursos sob a administração do Município e os coloca sob a do Estado, sob a licitação do Estado. Com isso dificulta e, por outro lado, torna mais urgente discutirmos o gerenciamento dos recursos em Cuiabá - em benefício da população.

Um segundo assunto a tratar, neste curto intervalo de tempo, é sobre a propositura do Deputado Rene Barbour, esse Voto de Protesto contra a Portaria nº 16/99 N, que agora é Instrução Normativa, ou IN-16.

Eu gostaria de falar para o Deputado Rene Barbour, primeiro, que eu sou contra o Voto de Protesto. Eu acho até que o Deputado Rene Barbour está com uma guinada esquerdista, porque está com mania de criticar o Governo do PSDB. Eu acho que assim ele tira o nosso privilégio de Oposição.

Eu acredito que V. Ex^a está com uma tendência um tanto inadequada para com o seu Partido... (RISOS NO PLENÁRIO)... Mas, o assunto é sério, independente dessa crítica da postura do Deputado.

A propositura do Deputado Zé Carlos do Pátio, solicitando que nós realizássemos uma audiência pública a respeito do assunto, infelizmente, foi indeferida pela Presidência da Casa, alegando que esse tema não era objeto de apreciação pelo Plenário da Casa, por isso não seria adequado se realizar a audiência pública. Conclusão: não houve a audiência pública e, desde então, a FAMATO entrou na Justiça questionando e tentando derrubar, literalmente, a validade da IN-16.

Eu tenho notícias - já corroborando com sua tese, porque também é para fazer justiça - de que pequenos produtores, assentados do INCRA, estão aí e vão ao IBAMA para protestar, tentando liberar.

Eu queria dizer ao Deputado Rene Barbour e ao Plenário da Casa que eu estou muito atento a isso, estive em Brasília, conversei com várias organizações não-governamentais a respeito desse assunto, com a Liderança do meu Partido, com a reunião da Bancada do meu Partido na Câmara e no Senado, e nós - ao contrário do que pode parecer, de que não tenhamos dado ouvido àqueles que estão debatendo, pedindo a suspensão da Portaria nº 16-N - a nossa posição é a seguinte: nós queremos uma saída honrosa para esta crise causada pela Portaria nº 16-N. Eu atentei várias hipóteses na reunião do meu Partido que nós fizemos...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Primeiro, nós não podemos desqualificar a iniciativa do IBAMA, porque ela é justa, é necessária e foi tomada em função de abusos, de ilegalidade e arbitrariedades, que nós não podemos coonestar.

Segundo, é verdade que a total paralisação do desmate dado à cultura predatória que anima a fronteira agrícola dificulta as atividades produtivas - se fosse outra cultura, não disputaria.

Então, a saída, Deputado Rene Barbour, não é a medida de protesto, não é a noção de propósito. É nós adequarmos uma propositura que, no meu entender, passa por uma autorização de módulo. Ou seja, se V. Ex^a tem 10 mil hectares, V. Ex^a teria uma autorização, no máximo, de até um módulo, vamos dizer, de 5% da sua propriedade - no limite mínimo de 500 hectares e na parte deles teríamos um EIA/RIMA. Eu estou falando que não se trata apenas de ser contra...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos que o seu tempo já está esgotado.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado.

Trata-se de ser contra e, ao mesmo tempo, propor uma alternativa. E é o que nós queremos fazer junto com V. Ex^a, mas não através deste veículo ou deste instrumento, que é um voto de protesto.

O SR. PRESIDENTE - Informamos ao Deputado Gilney Viana que essa Comissão deverá examinar a questão do SUS de Cuiabá. Ela está formada por V. Ex^a, e pelos Deputados Moacir Pires, Carlos Brito, Carlão Nascimento e Joaquim Sucena. A partir deste momento, V. Ex^a poderá convocar os demais colegas para uma reunião preparatória para eleger o Presidente e marcar um calendário de atuação.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Everaldo Simões.

O SR. EVERALDO SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse assunto apressadamente tratado pelo IBAMA revela um comportamento governamental assaz e temerário.

O Governo, ao emitir tal portaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esqueceu que nós temos diversos municípios que vivem basicamente da economia madeireira. Conheço várias cidades, uma delas é a que eu resido, que tem quatorze serrarias e que a sua economia está baseada nessas serrarias. São aproximadamente quinhentos empregos diretos e uma outra quantidade de empregos indiretos! Eu pergunto aos Deputados: como fica a economia desses municípios, já desassistidos, já esquecidos? O Governo age tragicamente quando se trata de medidas dessa natureza, mas age lentamente quando nós solicitamos recursos e investimentos em termos de infra-estrutura, em termos de estrada, de energia e de geração de empregos. Essa medida causará grandes problemas na região do Araguaia e quanto a ela eu me insurjo, eu acho que esta Casa deveria tomar imediatamente uma posição com a medida radical proposta pelo Deputado Rene Barbour. E eu acho que V. Ex^a está certo. Nós temos que olhar pelos outros, porque ninguém por eles está olhando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, Deputado Gilney Viana, a quem aprendi a admirar com essa fala mansa, mineira e, ao mesmo tempo, com as posições firmes. Eu gostaria de colocar aqui a minha posição de apoio a esse

Voto de autoria do Deputado Rene Barbour. Eu apóio esta iniciativa do Deputado, não com a visão tacanha daqueles que defendem a devastação - que eu acho que é um discurso usado, mas que não leva em consideração algumas propostas que nortearam, inclusive, a vinda de milhares de imigrantes, e eu entre eles, para este nosso Estado, por imaginar que aqui, pela exuberância do espaço, nós pudéssemos construir uma nova vida. Lamentavelmente, posições como esta, tomadas em Brasília, por pessoas que, com certeza, como o Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, nunca estiveram no Nortão, são posições para as quais esta Casa tem que exigir, no mínimo, uma posição de conhecimento da realidade antes de as aceitarmos.

Eu sou do Nortão e esta medida, se levada na prática, vai causar apenas, Sr. Presidente, duas ações: a primeira, o aumento brutal da exploração clandestina, porque ela não vai parar. A segunda e ainda maior, o desemprego naquela região. Portanto, eu gostaria de colocar aqui - ao mesmo tempo que respeito a posição do Deputado Gilney Viana, e o admiro - o meu apoio ao Deputado Rene Barbour, por este Voto. Acredito que será a partir da posição daqueles que têm os pés no chão, que sabem lidar com o que exatamente está acontecendo, que nós vamos formular uma política realista e aplicável de controle de manejo sustentado neste Estado.

Gostaria, inclusive, de deixar duas posições a serem avaliadas quanto a essa fatídica Normativa nº 16. Por exemplo, nós temos no Nortão - o Deputado Elarmin Miranda aqui presente sabe disso - no mínimo, quatro assentamentos de trabalhadores rurais, não é Deputado Elarmin? E, hoje, esses assentamentos estão sujeitos não apenas à pressão pela terra, mas à pressão da natureza. Se essa Portaria não for revista, nós vamos ter, a partir do mês de maio, que é quando esse pessoal poderá novamente voltar a trabalhar em suas terras, a impossibilidade do uso do ano agrícola por esses assentados.

Eu acredito que é uma situação que merece uma discussão extremamente séria e, gostaria que nós tivéssemos aqui atentado, inclusive, para esse lado. Um pouco adiante, nós temos um postura de apoio aos trabalhadores rurais, aos assentamentos, se nós não viabilizarmos a possibilidade ideal para a produção nesses locais. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Riva que reassuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO RIVA REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 09:28 HORAS)

O SR. PRESIDENTE - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SRª SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para registrar um documento recebido da Comissão Política Nacional do Partido Comunista do Brasil:

“BASTA DE FHC

1 - O Brasil está vivendo um dos momentos mais graves de sua história. Com a virulência dos grandes desastres, o país foi vitimado por um fulminante ataque especulativo. Ruiu a política econômica baseada na atração de capitais voláteis, deixando à mostra a natureza nefasta da orientação do Governo, a vulnerabilidade do País, a falsidade do discurso oficial, a inconsistência de suas medidas. Mantida artificialmente qual flor de estufa para ornamentar a cena, enquanto nos bastidores a nação era objeto de tenebrosas transações, a moeda nacional, o decantado Real, perdeu bruscamente seu valor diante do Dólar. O ambiente instalado é de pânico generalizado, insegurança, desconfiança e incerteza quanto ao futuro imediato do País.

O quadro é verdadeiramente sombrio, seus ingredientes explosivos, indicadores de que a economia se deteriora progressivamente e marcha para o colapso: fuga espetacular de divisas; desvalorização brusca e acentuada da moeda; crescimento vertiginoso do passivo externo, principalmente da dívida; falência dos estados e municípios, com a ruptura, de fato, do pacto federativo; desemprego em massa; juros estratosféricos; recessão econômica; repique inflacionário. Estrangulado financeiramente, presa da espiral dos juros e da agiotagem internacional, o País torna-se insolvente. Não tem recursos para rolar a dívida interna, nem para pagar os compromissos externos resultantes do *déficit* da balança de pagamento. Não são poucas as vozes abalizadas segundo as quais a moratória é inevitável.

A crise que assola o Brasil não é fortuita nem passageira. Resulta do esgotamento do modelo capitalista dependente e da política de subordinação dos interesses do País ao capital financeiro internacional. Desde o início do seu primeiro mandato, FHC aprofundou essa política, colocando-se à mercê da oligarquia financeira internacional. O resultado é o cenário atual de crise aguda, um país martirizado, empobrecido e ameaçado de se tornar uma colônia, condenado ao subdesenvolvimento. Durante quatro anos, o governo de FHC enganou a sociedade com o ‘conto de fadas do real’ sobrevalorizado e da falsa estabilidade dos preços. O círculo vicioso em que se praticam juros altos para atrair divisas a fim de rolar dívidas funcionou à custa de ingentes sofrimentos da população e da fragilização da capacidade produtiva do país. Desde 1995, o Governo promoveu quatro ajustes fiscais, que implicaram cortes no orçamento e uma verdadeira derrama de impostos. Sob a orientação do Fundo Monetário Internacional e do Tesouro norte-americano, foram feitas as reformas previdenciária e administrativa, com as quais são perpetradas abomináveis crueldades contra o funcionalismo público, pensionistas e aposentados.

Diante da insolvência do país e do fracasso de sua política, o Governo entregou, em definitivo, o comando da economia ao FMI. A nação, estupefata e envergonhada, tomou conhecimento da freqüente troca de opiniões entre os presidentes do Brasil e dos Estados Unidos sobre a evolução da crise; foi surpreendida pela substituição do Presidente do Banco Central, antes mesmo da sua posse, por um ex-auxiliar direto do mega-especulador George Soros e assistiu, humilhada, ao anúncio de um novo rol de metas e medidas econômicas pelo dirigente do FMI, Stanley Fischer.

Durante mais de uma semana, representantes da instituição financeira internacional e do Tesouro norte-americano circularam livremente, sem agenda pré-determinada no Palácio da Alvorada, no Ministério da Fazenda, no Banco Central, onde escarafuncharam papéis, verificaram contas, traçaram planos, deram ordens. Consumou-se a ameaça para a qual os verdadeiros patriotas, entre eles os comunistas, têm há tempos alertado - a de o Brasil transformar-se numa dependência dos Estados Unidos da América. Pior que nas crises anteriores, o país está mais vulnerável, pois com todo o processo de desnacionalização ocorrido nos últimos anos, encontra-se carente de bases produtivas e de instrumentos de salvaguarda de sua soberania.

Desmascarado e responsabilizado pela insolvência e subordinação do país, o Governo de Fernando Henrique Cardoso está incompatibilizado com a esmagadora maioria da nação. A perdurar este Governo, a perspectiva é a degradação continuada da vida nacional. As últimas empresas públicas de peso que restaram - a PETROBRÁS, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal - estão ameaçadas de privatização. Os estados e os municípios serão ainda mais depauperados, as massas trabalhadoras e populares relegadas à

condição de párias. Crescerá o número de desempregados e excluídos. O próprio Presidente não teve pejo de anunciar a necessidade de ‘apertar os cintos’ e de fazer o povo derramar ‘suores e lágrimas’.

Não resta a menor dúvida de que o descontentamento em expressivas parcelas da população trabalhadora se manifestará de diferentes formas. E de que, mesmo a contragosto da mídia enganadora e dos áulicos de plantão dispostos a dar sustentação incondicional a FHC, a obstinação do Presidente em persistir num rumo francamente antinacional e anti-social fomentará uma crise política e institucional de vastas proporções”...

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Esta Presidência concede mais dois minutos a V. Ex^a.

A SR. SERYS SLHESSARENKO - Está certo. Se não der tempo, nós solicitaremos que seja transcrito na íntegra.

“Significativamente, de diferentes setores políticos, emitem-se sinais de que o segundo mandato de FHC, recém-iniciado, encontra-se politicamente esgotado. Eclodem contradições no Ministério e na base governista no Congresso. Governadores de importantes unidades federativas aglutinam-se em fórum próprio de caráter oposicionista. E mesmo governadores aliados a FHC manifestam críticas à política econômica. Mais significativa ainda da gravidade da situação é a urdidura de planos autoritários, golpistas, conservadores, que falam da ‘fujimorização’ ou de uma pretensa saída ‘parlamentarista’, precedida de uma reforma política que aniquilará a essência das liberdades políticas e restringirá a participação na vida institucional das forças oposicionistas conseqüentes, em especial o Partido Comunista.

Em face da gravidade da situação, cabe às forças democráticas e patrióticas, representativas das amplas massas trabalhadores, estudantis e populares, aos setores religiosos ligados ao povo, ao empresário vinculado aos interesses nacionais, enfim, a todos os que se opõem ao curso nocivo da situação, esclarecer, organizar, mobilizar a população em grandes jornadas de protesto e dar um sonoro basta à política imposta pelo FMI, que leva ao descalabro econômico financeiro, à recessão, ao desemprego, à sangria das divisas, ao avassalamento do País, ao sucateamento do setor produtivo nacional, ao arrocho sobre o povo, à deteriorização das suas condições de vida. Um basta, pois, à política antinacional e antipopular de FHC.

Somente um movimento cívico em defesa de um Brasil democrático, independente e socialmente justo, formado da ampla união de todas as forças que se opõem decididamente ao Governo vende-pátria de FHC, e apoiado na mobilização consciente e organizada do povo em grandes manifestações públicas, será capaz de pôr cobro à atual situação a alcançar um Governo de união nacional das forças democráticas, patrióticas e progressistas, que abrirá novo rumo para o Brasil.

São Paulo, fevereiro de 1999.

A Comissão Nacional do Partido Comunista do Brasil - PC DO B.”

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Ainda, no Pequeno Expediente, proposição de autoria do Deputado Riva:

1ª) INDICAÇÃO: Indica aos Srs. Deputados Federais e Senadores do Estado de Mato Grosso, a necessidade de promoverem gestão junto ao Ministério da Agricultura para impedir a dolarização do preço da vacina antiaftosa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do Artigo 245 e seguintes da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório aos Srs. Deputados Federais e Senadores do Estado de Mato Grosso, mostrando a necessidade de promoverem gestão junto ao Ministério da Agricultura para impedir a dolarização do preço da vacina antiaftosa.

JUSTIFICATIVA

O Estado de Mato Grosso tem hoje uma parcela considerável do rebanho bovino nacional, sendo uma atividade produtiva importante para a consolidação do desenvolvimento e para assegurar as relações sociais.

A classe pecuarista está preocupada com o oligopólio formado por cinco laboratórios que produzem a vacina antiaftosa, que decidiram pela dolarização de seu preço. Essa ação vai certamente provocar uma alta significativa nos custos e provocará no efeito cascata a penalização do consumidor, que objetivamente pagará os custos.

Para esclarecer melhor, em novembro de 1988, a dose da vacina custava R\$0,30 (trinta centavos) do lote produzido em agosto do mesmo ano. Com a desvalorização do Real, esse mesmo lote de vacinas é comprado hoje em Mato Grosso por R\$1,02 (um real e dois centavos), um reajuste de aproximadamente 90% (noventa por cento).

Pelas razões enfocadas, vimos aos Deputados Federais e Senadores do nosso Estado, para sugerir ações que promovam um debate nacional, para que os organismos responsáveis tomem providências imediatas que evitem prejuízos aos pecuaristas e à população.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 11 de março de 1999.
Deputado RIVA-PDSB.

Por isso, Deputado Rene Barbour, essa questão é preocupante, como eu sei que atinge toda a classe pecuarista, inclusive V. Ex^a. Preocupa-nos o fato de que os cinco maiores laboratórios, que detém oligopólio da vacina antiaftosa, decidiram pela dolarização de seu preço. Essa ação, sem dúvida nenhuma, certamente vai provocar uma alta significativa nos custos. Só para se ter uma idéia, no mês de agosto passado a vacina antiaftosa custava trinta centavos e já nos dias de hoje se compra a vacina antiaftosa por um real e dois centavos. Sem dúvida nenhuma, essa é uma grande preocupação!

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora:

Altera a redação do Art. 312, incisos e alíneas do Regimento Interno.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 26, inciso XIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º O Art. 312 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 312 Salvo disposição especial em contrário, o Deputado poderá falar:

- I - pelo prazo de 25 (vinte e cinco) minutos:
- a) no Grande Expediente;

- II - pelo prazo de 20 (vinte) minutos:
- a) e de cada vez, para discutir proposição legislativa considerada por partes;
 - b) no trato de matéria constitucional, para discutir parecer de igual sentido das Comissões, quando postos conjuntamente em apreciação;
 - c) sobre requerimentos sujeitos à discussão;
 - d) em discussão englobada de proposição legislativa ou parecer de comissão a ela referente;
- III - pelo prazo de 10 (dez) minutos:
- a) em nome do Protocolo;
 - b) em Explicação Pessoal;
 - c) no trato de matéria constitucional, para discutir parecer da Comissão apreciado isoladamente;
- IV - pelo prazo de 10 (dez) minutos:
- a) sobre redação final, obedecidas as limitações do Artigo 371;
 - b) como Relator, em reunião de Comissão, nos termos do § 1º do Artigo 104;
 - c) como Líder, para, em qualquer momento da sessão, nos termos do Artigo 155 e seu § 1º, fazer comunicação urgente ou responder a críticas dirigidas contra a política que defende;
 - d) para tratar como Líder, no fim da Ordem do Dia, de assunto que, por sua relevância ou urgência, interesse ao conhecimento geral;
 - e) no trato de matéria constitucional, para discutir cada dispositivo, ou grupo de dispositivos, posto separadamente a debate;
- V) pelo prazo de 5 (cinco) minutos:
- a) para encaminhar votação;
 - b) sobre qualquer matéria nova, proposta depois de haver-se pronunciado o Deputado na apreciação do tema central;
 - c) para discutir preliminarmente sobre a conveniência de prosseguir em caráter secreto sessão convocada para tal;
 - d) para discutir parecer do Relator, em reunião de Comissão da qual faça parte;
 - e) para, em Comissão, relatar matéria sujeita a parecer;
 - f) para, como autor, justificar retirada de proposição, nos termos do § 3º do Artigo 283.
- VI - pelo prazo de 05 (cinco) minutos:
- a) para formular Questão de Ordem;
 - b) para reclamação ou para falar pela Ordem;
 - c) para encaminhar votação de matéria constitucional, tida, isoladamente, por dispositivo ou grupo de dispositivos;
 - d) para discutir parecer de Relator, em Comissão, não sendo membro componente da mesma;
 - e) para, como membro de Comissão que se esteja pronunciando oralmente, discutir o parecer do Relator e emitir voto;
- VII - pelo prazo de 05 (cinco) minutos:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

- a) para discutir Ata de Sessão, nos termos do § 1º do Artigo 199;
 - b) para apresentar proposição ou emitir considerações sobre fato ou idéia, no Pequeno Expediente;
 - c) para apoiar ou contrariar tese de Questão de Ordem;
 - d) para interpelar autoridade convocada pela Assembléia;
- VIII - pelo prazo de 02 (dois) minutos, para apartear.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1999.

MESA DIRETORA

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut (AUSENTE). Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, permito-me pedir a V. Exª que faça a inversão de inscrição no Grande Expediente para o orador que me segue, em comum acordo - que por acaso é V. Exª...

O SR. PRESIDENTE - Como eu havia solicitado ao Deputado Gilney Viana para fazermos esta troca, convido o Deputado Eliene para assumir a Presidência. (O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:39 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Com a inversão da inscrição do Deputado Gilney Viana com o Deputado Riva, com a palavra o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu inicio agradecendo ao Deputado Gilney Viana pela gentileza em inverter a inscrição conosco e já de antemão solicito ao Sr. Presidente, Deputado Eliene, que transfira a minha inscrição ao Deputado Gilney Viana.

Eu quero aqui inicialmente, Srs. Deputados, imprensa mato-grossense, falar da questão da vacina antiaftosa. Sem dúvida nenhuma, trata-se de uma preocupação muito grande, Deputado Rene Barbour, pela forma como os cinco laboratórios que detêm o oligopólio da vacina antiaftosa vêm conduzindo essa política de preços.

Preocupa-me muito não haver, neste momento, uma intervenção do nosso Presidente, do Ministro, no sentido de evitar a elevação do preço dessa vacina. Nós temos 17 milhões de cabeças de gado bovino em Mato Grosso e só para V. Exª ter uma idéia, com o preço atual de R\$ 1,02, serão gastos numa próxima vacinação antiaftosa - logicamente, se os pecuaristas tiverem condições de vacinar, porque, com certeza, com a elevação do preço, nós começaremos a ter pecuaristas que vão deixar de vacinar o seu gado, 17 milhões de reais, só com o custo da vacina.

A vacina custava em agosto passado R\$ 0,30. Hoje, com a dolarização e com o acordo feito entre os cinco laboratórios, a vacina passa a custar R\$ 1,02. Essa é uma das preocupações que nós trazemos aqui hoje. Estamos fazendo um pedido para que as nossas Bancadas Federais intervenham junto a algum Ministro, no sentido de evitar essa alta, preocupados que estamos com as próximas vacinas que, sem dúvida nenhuma, sofrerão uma grande evasão, os produtores não irão vacinar.

Mas o assunto principal que nos traz à tribuna, Srs. Deputados, é a reunião de ontem do Colegiado de Líderes. Não foi uma reunião da forma como esperávamos. Eu gostaria

que, nas próximas reuniões, nós levássemos uma pauta e que esta pauta fosse democraticamente discutida com tempo, para cada Deputado expor suas idéias.

A nossa maior preocupação, e eu acredito que da maioria dos Srs. Deputados, especialmente das Lideranças, está ligada ao tempo disponível ao Deputados em todos os períodos da Sessão, especialmente no Grande Expediente.

Ontem, nós pudemos tirar uma posição dos Srs. Deputados e de forma democrática todos tiveram oportunidade de votar. E nós, a partir de agora, talvez alguns já notaram a novidade implementada aqui, teremos no Grande Expediente um período de 25 minutos, tendo os apartes 2 minutos - logicamente, o aparte é autorizado pelo Deputado que está na tribuna, que é o orador.

O Pequeno Expediente, no nosso entendimento, melhorou ao optarmos por um período de cinco minutos e falava o nosso Consultor Jurídico que os Deputados passarão a usar o Pequeno Expediente sem aquela correria do dia-a-dia, de apresentar uma matéria e não poder, também, fazer a justificativa da sua matéria. O Pequeno Expediente passará a ser usado para, independentemente da apresentação de algumas matérias, que os Deputados até façam alguma exposição de determinado assunto num tempo menor.

Às vezes os Deputados utilizam o recurso do Grande Expediente, porque os três minutos disponíveis no Pequeno Expediente não são suficientes. A Deputada hoje usava a tribuna no Pequeno Expediente e precisou de sete minutos para apresentar a sua mensagem, enquanto que, se o Pequeno Expediente não permitisse isso, ela usaria, sem dúvida nenhuma, o Grande Expediente. E isso, às vezes, tem levado a um grande número de inscrições no Grande Expediente, sendo que poucas pessoas têm utilizado o Grande Expediente. Apenas um Parlamentar, se der início à sua fala às 09:20 horas da manhã, utilizará da palavra no Grande Expediente todo, pois tem direito a 40 minutos. Se os Deputados não tivessem o artifício do aparte, a Sessão ficaria monótona, sem a possibilidade até de um debate mais amplo.

A partir de agora, com os 25 minutos, poderão falar dois oradores, porque sempre às 09:10 horas da manhã o Pequeno Expediente termina. Então, ficará possibilitada a participação de, no mínimo, dois oradores e com os apartes de dois minutos.

A discussão das matérias, que podia ocorrer em 40 minutos, também teve o seu tempo reduzido para 20 minutos, tempo também suficiente - acredito. Eu ainda deixo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na apresentação desse Projeto de Resolução que altera os períodos disponíveis aos oradores, deixo aqui uma sugestão para nós fazermos uma avaliação melhor sobre as discussões. Um requerimento ou uma moção não podem ter o mesmo tempo de discussão de um projeto de lei, um projeto de lei complementar, de uma emenda constitucional, enfim, de todos os demais projetos.

Então, eu gostaria, ao apresentar este Projeto - trazendo já como consenso da reunião de ontem - que os Srs. Deputados analisassem essa proposta. E, as sugestões que surgirem agora, que surjam como emenda para fazermos uma avaliação na Comissão de Constituição e Justiça, para finalizarmos essa proposta aqui de uma forma bem democrática e para que todos tenham a oportunidade, a partir de agora, de apresentar suas sugestões.

Eu quero de antemão agradecer o entendimento dos Srs. Parlamentares que concordaram que esses períodos deveriam ser reduzidos.

Quanto às Sessões, serão mantidas as Sessões de terça-feira à noite, quarta-feira de manhã e quinta-feira de manhã. Nós vamos, apenas, apreciar aqui a Emenda Constitucional do Deputado Benedito Pinto, que regulariza essa situação, porque nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

tínhamos uma Sessão às sextas-feiras, mas eu entendo que essa Sessão é desnecessária, pois as quatro Sessões da semana são mais do que suficientes para nós apreciarmos todas as matérias e, assim, na sexta-feira, nós teríamos um tempo disponível para, também, visitar as nossas bases.

Eu quero ler na íntegra o Projeto de Resolução e gostaria, Sr. Presidente - levando em conta a demora da indicação dos membros da Comissão de Constituição e Justiça, em função do tempo solicitado pelo Líder do PFL, Deputado Emanuel Pinheiro, se necessário, até formarmos uma Comissão Especial, para que se fizesse a análise de uma forma mais rápida dessa proposta.

“PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Altera a redação do Art. 312, incisos e alíneas do Regimento Interno.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 26, inciso XIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º O Art. 312 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 312 Salvo disposição especial em contrário, o Deputado poderá falar:

I - pelo prazo de 25 (vinte e cinco) minutos:

a) no Grande Expediente;

II - pelo prazo de 20 (vinte) minutos:

a) e de cada vez, para discutir proposição legislativa considerada por partes;

b) no trato de matéria constitucional, para discutir parecer de igual sentido das Comissões, quando postos conjuntamente em apreciação;

c) sobre requerimentos sujeitos à discussão;

d) em discussão englobada de proposição legislativa ou parecer de comissão a ela referente;

III - pelo prazo de 10 (dez) minutos:

a) em nome do Protocolo;

b) em Explicação Pessoal;...”

Portanto, na Explicação Pessoal o prazo ficaria reduzido para 10 minutos.

“...c) no trato de matéria constitucional, para discutir parecer da Comissão apreciado isoladamente;

IV - pelo prazo de 10 (dez) minutos:

a) sobre redação final, obedecidas às limitações do Artigo 371;

b) como Relator, em reunião de Comissão, nos termos do § 1º do Artigo 104;

c) como Líder, para, em qualquer momento da Sessão, nos termos do Artigo 155 e seu § 1º, fazer comunicação urgente ou responder às críticas dirigidas contra a política que defende;...”

Portanto, a palavra pela Liderança também será restrita aos 10 minutos.

“d) para tratar como Líder, no fim da Ordem do Dia, de assunto que, por sua relevância ou urgência, interesse ao conhecimento geral;

e) no trato de matéria constitucional, para discutir cada dispositivo, ou grupo de dispositivos, posto separadamente a debate;

V - pelo prazo de 5 (cinco) minutos:

a) para encaminhar votação;...”

Então, o encaminhamento de votação, que também era de 10 minutos passaria a vigorar com 05 minutos.

“...b) sobre qualquer matéria nova, proposta depois de haver-se pronunciado o Deputado na apreciação do tema central;

c) para discutir preliminarmente sobre a conveniência de prosseguir em caráter secreto Sessão convocada para tal;

d) para discutir parecer do Relator, em reunião de Comissão da qual faça parte;

e) para, em Comissão, relatar matéria sujeita a parecer;

f) para, como autor, justificar retirada de proposição, nos termos do § 3º do Artigo 283.

VI - pelo prazo de 05 (cinco) minutos:

a) para formular Questão de Ordem;...”

Para a Questão de Ordem, 05 minutos.

“...b) para reclamação ou para falar pela Ordem;...”

Pela Ordem, também 05 minutos.

“...c) para encaminhar votação de matéria constitucional, tida, isoladamente, por dispositivo ou grupo de dispositivos;

d) para discutir parecer de Relator, em Comissão, não sendo membro componente da mesma;

e) para, como membro de Comissão que se esteja pronunciando oralmente, discutir o parecer do Relator e emitir voto.

VII - pelo prazo de 05 (cinco) minutos:

a) para discutir a Ata da Sessão, nos termos do § 1º do Artigo 199.

b) para apresentar proposição ou emitir considerações sobre fato ou idéia, no Pequeno Expediente”.

Essa, para mim, é uma das inovações mais importantes na questão do prazo para utilização no Pequeno Expediente, a partir de agora por cinco minutos.

“...c) para apoiar ou contrariar tese de Questão de Ordem...”

Quando alguém, logicamente, for questionado numa Questão de Ordem, ele terá igual período para apoiar ou contrariar o questionamento.

“...d) para interpelar autoridade convocada pela Assembléia...”

Quando uma autoridade é convocada pela Assembléia, o Deputado dispõe de cinco minutos para fazer a sua interpelação e ainda pelo prazo de dois minutos para apartear.

“Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.”

Nós fizemos, ontem, a reunião do Colégio de Líderes e, ao final, após todas essas discussões, ou pelo menos as mais importantes, nós decidimos que passaria a vigorar, a partir de agora, essa decisão, que tem, logicamente, o seu efeito legal, um vez que o Colégio de Líderes tem autonomia para essas decisões, e a Mesa Diretora acata, colocando em prática todas essas decisões formuladas aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Então, eu quero agradecer a participação dos Srs. Deputados na reunião de ontem. Nós chegamos a ter vinte e um Deputados na reunião do Colégio de Líderes de ontem, e achamos por bem, por ter sido a primeira reunião, que se convidasse todos os demais Deputados, que a partir de agora será uma prática nesse Poder, o Colégio de Líder se reunir para decidir essas questões legislativas, para elaboração de Pauta.

Eu quero agradecer e pedir que cada vez mais nós tenhamos aqui essa participação, propondo, desta forma, aos Srs. Deputados, uma inovação na prática legislativa nesta Casa.

Nós temos aqui lutado, durante algum tempo, para manter o *quorum* mínimo necessário para a manutenção da Sessão, para buscar muitas vezes o *quorum* para votação de matérias importantes...

Vejam V. Ex^{as} que, no ano que passou, período eleitoral, nós conseguimos, num esforço concentrado, apreciar quarenta e dois vetos em três Sessões. Eu quero, aqui, propor que nós temos que começar, a partir de agora, a priorizar a nossa participação no plenário desta Casa.

Eu vou apresentar um projeto de resolução onde todos os casos de empate - todos os casos - quando dois Deputados forem à tribuna, ao mesmo tempo, nós vamos mudar a forma de priorizar qual o Parlamentar que vai usar da palavra, vamos dar prioridade, segundo este projeto de resolução, ao Deputado mais assíduo, ao Deputado que mais participou de Sessões. Eu acho um absurdo um Deputado vir em todas as Sessões e, no dia em que ele quer usar da palavra, vem o Deputado que faltou a muitas Sessões e, às vezes, ele é priorizado em função da sua situação parlamentar. Vamos priorizar o Deputado que tiver assiduidade nesta Casa!

Também nos casos de empate, o Deputado que fizer parte de uma Comissão, pelo nosso projeto, Deputado Eliene, o critério de desempate vai ser assiduidade nesta Casa.

Se empatar a disputa da Presidência, numa Comissão, Deputado Jair Mariano, por dois a dois, o Deputado que tiver mais assiduidade na Casa será o Presidente da Comissão.

É um critério novo que - sem dúvida nenhuma - eu acredito vai dar prioridade na nossa participação aqui...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RIVA - Eu sinto, mas me restam apenas três minutos para eu encerrar o meu pronunciamento... Mas como eu já estava encerrando, o Deputado pode usar da palavra por um minuto e meio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Riva, eu não pude vir antes porque fui convidado para fazer um entrevista, na televisão, mas eu gostando do discurso de V. Ex^a...

Eu quero parabenizá-lo, porque já senti isso desde o primeiro dia que cheguei aqui. Quer dizer, eu nunca faltei uma Sessão na Assembléia, como Vereador eu nunca faltei uma Sessão na Câmara durante os meus três mandatos e, na verdade, os Deputados que faltam têm privilégio sobre os Deputados que não faltam. Quando vem uma matéria polêmica, os Deputados que faltam estão na frente, na ordem de inscrição. Então, eu acho que V. Ex^a, com essa proposta política, só vai fortalecer o Poder Legislativo e quem realmente se dedica a esta Casa de Leis.

Eu quero aqui, Deputado Riva, discutir uma questão muito séria: primeiro, eu acho que essa questão da proporcionalidade das Comissões está muito mal explicada. Veja bem, por quê? Porque dessa forma não se mede as forças. Hoje, a Bancada de Oposição tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

onze Deputados. Veja bem, não é justo sermos minoria em todas as Comissões. Nós somos onze Deputados. Então, nós tínhamos que ser maioria, pelo menos numa parte, pelo menos na metade.

Então, eu acho que essa proporcionalidade é injusta. Eu gostaria que a Oposição tivesse um pouco mais de voz e vez aqui.

E cada dia que passa eu estou me sentindo menor, Sr. Presidente, pequenininho aqui dentro. Um Deputado que veio do interior, estou me sentindo patrolado aqui nesta Casa de Leis.

Muito obrigado, Deputado Riva, e eu gostei de ver V. Ex^a preocupado com a representatividade, preocupado realmente com a distribuição de prazo aqui.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, mas aí, infelizmente, eu não vou poder chegar. V. Ex^a vai ter novidades a respeito das comissões, porque nós estamos elaborando um projeto de resolução, da Mesa Diretora, a minha assessoria já está trabalhando nisso, e também a formação das comissões vai ser trazida para o Plenário, para discutirmos um novo modelo de formação de Comissão.

Agradeço pelo seu aparte, realmente, uma das questões em que eu trabalhei durante os últimos dois anos foi no sentido de priorizar os Deputados assíduos desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

Registro as presenças, nas galerias, do Vereador Chic-Chic e do Suplente Paraíba. Agradeço a presença dos senhores nesta Casa de Leis.

Em razão da Questão de Ordem levantada ontem pelo Deputado Benedito Pinto, com relação à prioridade na apreciação dos vetos com prazo vencido, não podemos deliberar sobre nenhuma matéria.

Portanto, encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais. Com a palavra, o Deputado Amador Tut (AUSENTE). Com a palavra o Deputado José Carlos Freitas, que dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, sinto-me honrado por mais uma vez usar esta tribuna.

Na oportunidade, quero parabenizá-lo aqui, Sr. Presidente, e toda a sua equipe de trabalho, que tem demonstrado um grande êxito na administração desta Casa, junto ao 1º Secretário - trabalho esse que está realmente repercutindo na sociedade, com uma administração nova e transparente. Portanto, ficam aqui os nossos cumprimentos, esperando que a cada dia V. Ex^a possa melhorar muito mais ainda para o povo de Mato Grosso, numa administração clara e transparente, mostrando que esta Casa de Leis é uma Casa séria e que poderá, sem dúvida nenhuma, mostrar ao povo de Mato Grosso os benefícios que aqui forem implantados, através dos projetos e também das indicações.

Mas, faço um apelo aqui, Sr. Presidente: transmita ao Sr. Governador do Estado - e seria também a vontade de todos os Parlamentares aqui - a necessidade de que as indicações, que os projetos de lei indicados aqui nesta Casa possam prevalecer. Eu estou decepcionado por ver aqui várias indicações aprovadas e sem nenhum efeito.

Infelizmente, o Governo do Estado não tem dado a resposta à altura dos Parlamentares, que são homens que representam três milhões de brasileiros e moram neste Estado. Infelizmente, Deputado Alencar Soares, V. Ex^a, como Vice-Líder do Governo, poderia

levar essa mensagem para que, pelo menos, ele aproveitasse as melhores indicações, os melhores projetos.

Ora, esta é uma forma do seu Governo poder administrar o nosso Estado com sabedoria, com inteligência, sabendo que aqui tem homens que estão ligados diretamente ao povo. Homens que estão conhecendo os problemas dos Municípios, do interior.

Portanto, fica aqui o nosso apelo registrado, para que o seu Governo possa dar um maior respaldo aos Deputados tanto da Situação, como da Oposição. Ficaria vergonhoso para mim, como também para qualquer um dos Senhores colegas Deputados, ir ao interior, receber uma reivindicação e depois, quando voltar àquela base, constatar que nada foi feito, que nenhuma providência por parte do Governo foi tomada.

O Sr. Riva - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Pois não, Deputado.

O Sr. Riva - Colega Deputado José Carlos Freitas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos uma preocupação que vem do início do nosso mandato de Presidente, em 1997. Uma preocupação no sentido de explicar à sociedade as verdadeiras funções do Legislativo. Nós não podemos mais conceber, Deputado Elarmin Miranda, que o Legislativo pague pelo que os outros Poderes não fazem.

O Legislativo tem procurado desempenhar as suas funções. E como prova disso, no ano que passou, em Audiências Públicas, Sessões Especiais, Sessões Solenes, nunca nesta Casa se discutiu tanto os temas importantes de Mato Grosso.

Eu vou relembrar aqui a questão orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça, através do seu Presidente, Deputado Nico Baracat, juntamente com a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, fez um trabalho brilhante aqui, Deputado Joaquim Sucena, quando chamou todos os segmentos para virem discutir o Orçamento, chamou os Secretários de Estado para explicar as dotações orçamentárias de suas pastas, chamou a UNEMAT para falar sobre a sua participação no Orçamento, chamou o DETRAN para falar sobre a Lei do IPVA, para discutir a Lei do IPVA, chamou a Secretaria de Fazenda para discutir a nova Lei do ICMS, chamou a Secretaria de Segurança... Enfim, acredito que esse trabalho deva ser ampliado, nós vamos ampliar esse relacionamento do Poder Legislativo com a sociedade mato-grossense. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Agradeço pelo seu aparte, nobre Deputado.

Dando continuidade ao nosso pronunciamento, quero dizer que além disso, Deputado Alencar Soares, é vergonhosa a questão não somente das indicações, como dos projetos de lei aprovados aqui. Pelo que estou observando, como também se vê, por exemplo, o Diretor-Presidente do DVOP, José Carlos Novelli, que foi à televisão, à Rede Gazeta de Comunicação, na semana passada, quando aqui apresentei neste Plenário e foi aprovada pela maioria dos Parlamentares uma Indicação solicitando a recuperação da Rodovia dos Imigrantes, ali eu recebi vários aplausos pela medida tomada. Quando foi na segunda-feira da semana passada, o Sr. José Carlos Novelli veio à televisão, novamente na Rede Gazeta de Comunicação, e disse em público que estaria tomando as providências e dentro de três dias estaria iniciando as obras.

Eu fiquei com vergonha! Fui lá, comuniquei a todos os comerciantes daquela região que o Governo já estava recuperando aquela rodovia, a qual, infelizmente, dá uma má impressão aos imigrantes que vêm para cá. Quando vi a mensagem do Sr. José Carlos Novelli,

eu o aplaudi, mas, infelizmente, nada foi feito e nem mesmo ele está sustentando a palavra que confirmou pela televisão.

Nós estamos aqui para fazer uma oposição construtiva, no sentido que vá ajudar na melhoria, no progresso, no desenvolvimento comercial e industrial do nosso Estado, mas infelizmente, as estradas estão em precárias condições em todos os municípios do nosso Estado.

Aqui eu tenho observado: a maioria das indicações - como V. Ex^a mesmo, Deputado Moacir Pires, já teve a oportunidade de pegar o aval da minha assinatura, como outros colegas Deputados também - é no sentido de solicitar ajuda na recuperação das estradas. Nós sabemos que o período é chuvoso, mas é preciso tomar alguma providência.

Em Campo Novo do Parecis, por exemplo, tem um ônibus atolado, com famílias, com crianças, sem poder ter condições de acesso a outros municípios. Existem frigoríficos, empresas naquela região, que gera vários empregos, e infelizmente os caminhões não têm condições de trafegar naquelas estradas, há bois morrendo em cima dos caminhões.

Por isso nós queremos que V. Ex^a leve essa mensagem para o seu Governador, para que ele dê condições às nossas estradas.

Infelizmente, os usuários de veículos daquelas estradas estão pegando máquinas particulares para poder arrumar as estradas do Governo! Eu tenho exemplo, tenho conhecimento de pessoas que contratam máquinas particulares para poder arrumar estradas que são da responsabilidade do Governo do Estado. Assim, aqui fica a nossa nota de repúdio não somente pelas condições das estradas do nosso Estado, como também o repúdio ao Sr. Ministro do Meio Ambiente...

O Sr. José Alencar - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Pois não, colega Deputado.

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - A Presidência informa que falta um minuto para encerrar o tempo do orador José Carlos Freitas e nesse tempo não é mais permitido o aparte.

V. Ex^a poderá falar na seqüência...

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Eu gostaria de ouvi-lo, mas ficará para uma próxima oportunidade.

Fica o nosso repúdio ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, com relação a essa Portaria nº 16-N, com relação à suspensão do desmatamento em Mato Grosso. Infelizmente, mais uma seqüela de prejuízo para o nosso Estado, não somente na questão da arrecadação de ICMS, como também na questão do desemprego que vai assolar mais ainda o nosso Estado.

Portanto, fica aqui o nosso repúdio pelas más condições das estradas do nosso Estado de Mato Grosso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. presidente, Srs. Deputados, amigos que prestigiam esta Sessão, para justificar a proposição que levamos a efeito, no sentido de que seja encaminhada a nossa Indicação ao Sr. Superintendente do IBAMA, em Mato Grosso, extensiva ao Exm^o Sr. Governador do Estado, aos Prefeitos do Município de Cuiabá e de Chapada dos Guimarães, demonstrando a inadiável necessidade de tomar as medidas de segurança e de prevenção para que acontecimentos lamentáveis como os verificados recentemente, aonde uma pesquisadora veio, inclusive, a falecer em decorrência da queda de um morro no local denominado Mirante, no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

Nós entendemos que não é só aquele ponto que oferece perigo, seja para finalidade de visitação turística ou de pesquisa. No Vêu de Noiva já se encontram em execução vários serviços de melhoramento de infra-estrutura local, inclusive preocupando-se também com a questão da segurança, mas entendo que se não tomarmos providências urgentes, lamentavelmente, outros fatos poderão acontecer, vindo a resultar em conseqüências gravíssimas como a que já me referi.

Portanto, acredito que um trabalho de parceria do IBAMA, que é o responsável formal e oficial pelo Parque Nacional da Chapada, mas também com a participação do Governo do Estado e das prefeituras - em Cuiabá nem todo mundo sabe que $\frac{2}{3}$ da área do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães está, na verdade, situada dentro dos limites de Cuiabá e, desta forma, eu acredito que tanto a Prefeitura de Cuiabá como a de Chapada dos Guimarães têm interesse em preservar a segurança, preservar a vida de seus munícipes e daqueles visitantes que para lá se dirigem. Acredito que num Estado como o nosso, que tem um potencial turístico invejável e que inclusive é subexplorado, nós não podemos figurar em noticiário nacional, com acidentes que poderiam ser evitados. Isso concorre contra os nossos interesses de incentivo, de incremento na atividade turística do nosso Estado, seja no Parque Nacional de Chapada ou até mesmo em outros pontos.

Eu quero, com essa Indicação, na realidade, ascender uma discussão nesse aspecto para que possamos nos preparar, de verdade, para fazer em Mato Grosso um Estado que muito mais que um potencial turístico, possamos ter no turismo uma fonte de renda, uma fonte de economia, uma fonte de emprego, uma fonte que realmente possa trazer uma contribuição além daquela que a natureza já nos deu. Que nós possamos trazer, a partir disso, de forma consciente, equilibrada, uma contribuição também para o homem que aqui vive, o homem no aspecto da família, de uma maneira geral.

Então, é esta a discussão que acho que esta Casa estará aprovando, no momento que aprovar essa Indicação. No fundo, ela carrega toda essa preocupação no seu bojo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, talvez muitos aqui não prestaram atenção no pronunciamento do Deputado Riva, até porque ele só falou em dados, não falou no conteúdo dessa importante reunião de ontem à noite.

E eu aqui, Deputado José Riva, quero pedir desculpas ao me retirar bruscamente daquela reunião, mas dizer que não foi por causa da reunião, foi por causa de uma decisão de um Deputado do meu Partido que, na verdade, sem comunicação nenhuma, deixou o Partido para compor outras comissões. Eu saí daquela reunião consciente de uma ação que eu achei importante de V. Ex^a, como Presidente desta Casa, ao reduzir o prazo, os períodos e ampliar outros, V. Ex^a está buscando, numa discussão em conjunto, dinamizar esse Parlamento, onde todos possam participar mais, onde as discussões possam ser mais substantivas para a discussão das matérias nesta Casa de Leis.

Não é justo um Deputado ficar quarenta minutos fazendo um discurso aqui nesta Casa, se com vinte minutos podem falar dois Deputados. Eu quero dizer que a partir do momento em que se concede cinco minutos para cada Deputado expor as suas matérias, no Pequeno Expediente, isso fortalece muito o Parlamento, fortalece o serviço do Deputado,

porque, muitas vezes, o serviço do Deputado é maior no Pequeno Expediente do que na discussão, na tribuna, no Grande Expediente.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizá-lo. Eu quero aqui, também, dizer uma coisa para os meus colegas Deputados: de três dias para cá, eu estou de cabeça baixa, triste, porque a cada dia que passa a Oposição perde voto, nesta Casa de Leis. A cada dia que passa estamos diminuindo. Éramos dezesseis Deputados, agora são onze Srs. Deputados, e eu não sei se amanhã serão nove Deputados. Eu vou ficando entristecido, porque achávamos que as coisas seriam de um jeito e, agora, será de outro jeito. Nós estamos vindo do interior e pensando que a coisa aqui seria de um jeito, e é totalmente diferente, “o rolo compressor aqui é muito pesado”. Nossa Senhora, é duro demais para agüentar...

Mas eu quero dizer o seguinte, Sr. Presidente: eu estou parabenizando V.Ex^a, quero parabenizar V. Ex^a, porque V. Ex^a abordou uma das coisas que eu tenho questionado dentro de mim. Será que é justo eu, que sou Deputado da Oposição - nós somos onze Deputados hoje, que sejamos dez Deputados - não poder participar de nenhuma Comissão como maioria. Nós vamos ser sempre minoria? Nós vamos ser sempre massacrados pela Situação? Quer dizer, é injusto... Assim, tudo que vier, passa. Tudo que vier, será aprovado, e até nós acabamos sendo um objeto aqui...

Daí, eu tenho que dar razão para a Deputada Serys Slhessarenko, porque a única lei que nós temos aqui é essa tribuna para denunciarmos, para falarmos, mas na hora de participar dos projetos, discutir os projetos, fazer emendas, nessa hora a Oposição não vale nada. E aí, nós ficamos como coitados, com as mãos abanando, porque não temos condições de fazer nada - só vendo o “rolo compressor passando em cima”...

Eu quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar V. Ex^a, de coração, porque V. Ex^a vai discutir o novo Regimento Interno. Já começou a dinamizar mais esta Assembléia e vamos buscar a independência deste Poder, porque quem fortalecerá com isso é V. Ex^a, quem fortalecerá com isso é o Poder Legislativo. Então, eu estou começando, ao mesmo tempo, porque eu fiquei três dias de cabeça baixa, sem dormir, entristecido, mas também está me criando uma nova esperança, talvez a mudança do Regimento Interno desta Casa de Leis fortaleça um pouco mais a Oposição e, talvez, nós possamos ser um pouco mais respeitado aqui.

Caros colegas Deputados, nós, da Assembléia Legislativa, acabamos sendo um apêndice do Governador, acaba o Governador... Isso aqui é só como um circo, onde todo mundo se senta aqui, discute, faz tudo que o Governador quer e, depois, passa. “Ah, vai aumentar o ICMS?” Passa! “Vai aumentar IPVA?” Passa! “Vai fazer isso com o povo?” Passa. E fica um fato interessante... Hoje mesmo eu estava discutindo com a minha assessoria que atualmente isso já é normal. É natural. É normal! Os Deputados nem ficam amarelos quando tomam uma posição aqui...

Então eu quero dizer que estou muito satisfeito com essa posição, sobre uma rediscussão do Regimento Interno. Eu acho que ontem foi dado o primeiro passo e nós podemos estar discutindo isso para fortalecer este Poder mesmo. Nós precisamos ter este Poder!

Deputado Riva, quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado Humberto Bosaipo, que é o 1º Secretário, bem como a toda a Mesa Diretora, Deputado Eliene, Deputado Jair Mariano e Deputado José Carlos Freitas, que todos podem sair deste mandato de dois anos marcados na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

história, marcados por mudanças estruturais nesta Assembléia. Eu acredito que o primeiro passo já foi dado.

Deputado Riva, V. Ex^a, junto com o Deputado Humberto Bosaipo, reformou toda a Assembléia, vai informatizar a Assembléia, vai dar aos Deputados o acesso à *Internet*, quer dizer, dando-nos condições dignas para trabalhar e pesquisar...

O Sr. Humberto Bosaipo - V. Ex^a me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Concedo um aparte ao Deputado Humberto Bosaipo.

O Sr. Humberto Bosaipo - Apenas para informar V. Ex^a de que a processo de informatização começou ontem. As tubulações, que serão feitas com tubos especiais, chegaram de São Paulo - agora mesmo nós estávamos despachando na parte administrativa - e já iniciamos o trabalho de implantação do sistema de informatização. Até o final de abril, com certeza, estará funcionando.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado, quero dizer a V. Ex^a que isso me anima!

Ao mesmo tempo em que fico sem dormir, quando eu vejo a cada dia que passa o Governo somando mais Deputados em torno dele e a Oposição perdendo forças aqui dentro, me anima ver a Assembléia se organizando, se informatizando, entrando na *Internet* e discutindo um novo Regimento Interno. A essa altura eu quero dizer: o brasileiro não sabe a importância do Regimento Interno, mas o Regimento Interno aqui na Casa é importantíssimo. Muitas vezes o rumo de uma Assembléia passa pelo Regimento Interno. Se o Regimento Interno for bom, fortalece o Parlamento; se o Regimento Interno for tendencioso, esse Parlamento vai para o fundo do poço e fica à mercê do Governador.

Daqui a alguns dias, eu tenho certeza absoluta, a Assembléia não vai mais ser subserviente ao Governador do Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero aqui falar os pontos positivos e os pontos negativos que eu estou sentindo, como Deputado de um mês aqui. O ponto positivo é que esta Assembléia está começando a tomar outros rumos. Oxalá eu agora possa navegar na *Internet*. Chegar lá na minha cidade e falar que a Assembléia está na *Internet* vai ser bom! Os meus correligionários, os cidadãos vão falar: "O meu Deputado está estudando, está trabalhando, e coisa e tal..." Eu vou poder saber de todas as matérias que estão tramitando na Casa através do computador. Eu não vou precisar estar, muitas vezes, incomodando uma assessoria para saber alguma coisa. Eu posso apenas consultar no computador para saber. Então, nós estamos modernizando a Assembléia e isso é bom! Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos modernizar o Regimento Interno.

Deputado Riva, eu quero dizer para V. Ex^a que, no seu primeiro mandato, como Deputado, V. Ex^a passou por momentos difíceis. V. Ex^a é uma pessoa que foi 1º Secretário desta Casa de Leis, Presidente por duas vezes. V. Ex^a é um homem que veio de Juara para ser duas vezes Presidente, 1º Secretário, é porque é muito competente. Mas eu sei que V. Ex^a também teve um desgaste político muito grande na sua vida pública, muitas vezes em função de pressões externas que V. Ex^a não conhecia, e que foi submetido, que sofreu desgaste e teve que engolir calado.

Mas V. Ex^a, neste momento, Sr. Presidente, vai poder ser um verdadeiro Presidente desta Casa e marcar posição. Eu que sou um Deputado de oposição ferrenha ao Governador que V. Ex^a apóia, eu vou poder vir aqui nesta tribuna elogiá-lo no final dos seus

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

dois anos e dizer: Sr. Presidente, parabéns! V. Ex^a deu a volta por cima. E ainda poder dizer para toda a imprensa de Mato Grosso que realmente esta Assembléia Legislativa foi revolucionada, mudada e que hoje ela tem mais independência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Nós achamos que há posições, como a do Deputado Zé Carlos do Pátio, que realmente provam que o Parlamento é um fascínio. A angústia que ele vive hoje e esteve, no ano passado, na questão daquela polêmica em Rondonópolis, ao lado do Prefeito Alberto de Carvalho... Realmente, é isso que fascina o Parlamento em todos os seus segmentos.

Com a palavra ainda, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Alencar Soares.

O Sr. Moacir Pires - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, como Vice-Líder do PFL, eu me indico para fazer parte da Comissão Especial formada para estudar a Lei nº 7.098.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós do PSDB, como Vice-Líder do Governo, dissemos aqui desta tribuna, desde o nosso primeiro pronunciamento, que achamos certo que haja Oposição. Só que a Oposição tem que saber que tem direitos, mas que o Governo tem direito de ter a maioria. E se nós temos a maioria, é porque os Deputados são livres, espontâneos, ninguém os obrigou. Nós somos democráticos, por isso vivemos num regime que se chama democracia. Agora, os Deputados têm que saber entender.

Eu tenho a convicção de que o PSDB está no caminho certo, que o Governador está no caminho certo, fazendo o seu trabalho. Chamamos os companheiros para nos apoiar e os companheiros acharam que o caminho estava certo!

Falando a respeito do companheiro José Carlos Freitas, que acha que o Governador Dante Martins de Oliveira não fez nada em quatro anos, eu acredito que V. Ex^{as}, por outro lado, ficaram doze, quinze, vinte anos no Governo e não conseguiram fazer! Como é que o Governador Dante, em quatro anos, vai fazer tudo? Não vai!

E é por isso que nós pleiteamos quatro anos e o povo deu mais quatro anos para ele. O Governo está começando agora o seu segundo mandato, podem ver! Agora, V. Ex^a entra aqui - nós entramos - com uma indicação e quer que o Governo faça amanhã, não tem como! É devagar, é com tempo! Nós estamos num período chuvoso, sabemos que as estradas estão ruins!

Hoje, por exemplo, eu recebi uma notícia boa, que saíram dois milhões do Governo Federal para reformar a BR-070. E a reforma já vai começar nesta semana - quer dizer, se continuar chovendo, não vai começar. As estradas estaduais estão ruins? Estão, mas o Governo está sabendo!

Quero dizer que estaremos trazendo, na terça-feira, no meu gabinete, o Sr. Novelli e ele vai trazer todas as documentações, até porque temos que fundamentar nossa fala, falar com os documentos na mão. Eu estou começando o meu primeiro mandato. Na terça-feira, o Sr. Novelli estará conosco, com os Srs. Deputados, no meu gabinete, e vai trazer toda a documentação sobre o que o Governo fez durante quatro anos.

Então, eu acho que tem que ter paciência, é devagar, não é do dia para a noite que nós vamos fazer. Eu quero agradecer e estamos à disposição para o diálogo. Eu acho que

V. Ex^a está certo, Deputado José Carlos Freitas, tem que fazer oposição, mas uma oposição que seja construtiva. Agora, daqui a pouco tem companheiro nosso que vai ficar doido, preocupado e dizendo que não é dessa forma. Eu acho que tem que ter paciência, calma, tem que ter oposição. Nós sabemos de coisas, de corrupções de governo, mas não adianta ficar aqui falando de corrupção. Tem que falar a realidade, o futuro de Mato Grosso, o que nós temos para discutir vamos discutir e eu acho que este Parlamento vai ter a capacidade, tanto quanto o Governador vai ter a capacidade de trabalhar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação à fala dos ilustres Deputados que nos antecederam, o Líder do meu Partido, Zé Carlos do Pátio, o brilhante Deputado Alencar Soares e o Deputado José Carlos Freitas, quero ponderar o seguinte aos Srs. Deputados: eu entendo que a formação do Bloco é absolutamente natural, mas ela peca na sua essência. Ela peca na sua essência, Sr. Presidente, porque nós fomos eleitos por um Partido e aqui o voto é proporcional, aqui somos eleitos segundo a Lei brasileira, por um conjunto de candidatos. Ninguém aqui foi eleito individualmente. Elege-se individualmente na votação majoritária, para o Senado e para o Poder Executivo. Aqui o voto é em conjunto.

Lamentavelmente, o País não dá um salto de qualidade para impor aos candidatos a fidelidade partidária. É por isso que se permite que o Governo, acenando aos companheiros Deputados, consiga fazer votos da noite para o dia sem o Partido tomar conhecimento. Isso é bom? Isso é péssimo para o País! Não se faz um país grande com essa metodologia. Não se faz um país honrado através desse caminho, enquanto não se tiver clareza como e por que se formou os blocos. Queria primeiro, registrar isso.

Quero registrar ao mesmo tempo, aos ilustres Deputados, em especial ao Deputado Alencar Soares, que é um brilhante Deputado da Região do Araguaia, onde também tive votos junto com ele, dizer que é fundamental que o Governo faça as obras e nós estaremos aqui ao lado do Executivo quando houver interesse público, mas tem que fazê-lo com absoluta transparência. Não basta apenas o Sr. Novelli vir aqui dizer as obras que fez, que tenha a dignidade, também, para dizer o custo dessas obras, para que eu possa, como Parlamentar, pegar essas obras e confrontá-las com o preço de mercado. Provavelmente, teremos surpresas desagradáveis! Provavelmente, teremos surpresas para saber que asfalto aqui em Mato Grosso é feito para durar três meses! É dinheiro público mal colocado! Provavelmente, vamos ver nessas informações que as licitações são manipuladas. Criou-se uma concorrência para permitir o melhor serviço pelo menor preço.

Mas eu tenho certeza que se abrirmos o debate, Deputado Joaquim Sucena, com absoluta sinceridade, vamos constatar que o dinheiro público está sendo muito mal aplicado e aplicado em obras superavaliadas.

Ao terminar, queria dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial ao Deputado José Carlos Freitas, que V. Ex^a não deve ficar angustiado, porque o Executivo não atende aos pedidos do Parlamento. A rigor, não deveria o Parlamento pedir. Isto aqui é um Poder para legislar e fazer leis sociais. Como o Poder Legislativo se desgastou, se inseriu na Legislação um dispositivo absurdo permitindo que indiquemos obras do Governo. Isso é função do Executivo! Ele tem o dever de saber se a criança está fora da escola. Ele não vai atender, vai atender aqueles que ele quiser atender, porque esta é a regra do jogo que se impôs, aqui, no País.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Agora, este Poder, sim, tem o dever legal de fiscalizar e isso nós faremos - com certeza, os próprios Deputados que apóiam o Governo, não creio que nenhum dos Deputados que apóiam o Governo seja contra a fiscalização.

Aqui desta tribuna estarei denunciando, Deputado Zé Carlos do Pátio, os erros que eu entender. E tenho certeza de que os Deputados estarão me apoiando. Porque aqui, quando se trata de interesse público não é mais interesse pessoal, não é mais um interesse particular. E aí, sim, nós somaremos como Deputados, independente da sigla partidária. Ao mesmo tempo, Deputado Zé Carlos do Pátio, quero dizer a V. Ex^a que a sua angústia é extremamente positiva, porque V. Ex^a traz para a tribuna uma ansiedade muito grande de acertar, e de acertar em nome da moralidade pública, mas se aqui somos minoria, com certeza, junto com a sociedade V. Ex^a será ouvido e entendido!

Eu gostaria de fazer esse registro e prestar uma homenagem aos Blocos constituídos, aos Deputados da Situação e dizer que eu não vejo diferença quando for proposta pública, pois ela será nossa e, com certeza, será também dos Deputados que apóiam o Governo. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu estou solicitando a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente, porque eu quero um parecer jurídico embasado nessa questão do Regimento Interno a respeito da legalidade da formação dos Blocos. Como um Deputado de um Partido pode sair do seu Partido para compor um Bloco? Regimentalmente, isso ainda não me convenceu e eu quero justamente isso!

Eu quero dizer também, Sr. Presidente, que ficou alguma coisa muito confusa aqui, até hoje. Há mais de 20 dias o PMDB colocou os nomes de seus membros para compor as Comissões Permanentes, e depois o PFL colocou também. Agora, vêm aqui e colocam uma outra chapa? Quer dizer, foram registradas em Ata várias indicações para as Comissões de Constituição e Justiça, de Orçamento, de Educação, de Meio Ambiente e na verdade ficou alguma coisa muito confusa nisso tudo. Quer dizer, o que é que vai valer, se todo mundo registrou?

Outra questão, eu quero realmente um Parecer jurídico, regimental, se nós podemos ou não formar blocos sem que sejam encaminhados por instituições, por Partido e por pessoas. Se o Deputado é do Partido, ele tem que acompanhar o Bloco, ou um Bloco, através do seu Partido, e não pessoalmente.

Então, eu quero aqui... Até porque, regimentalmente, não houve algo que me desse consistência sobre isso aí...

Eu gostaria de parabenizar o Deputado Riva, que quer rediscutir conosco a formação dessas comissões, a proporcionalidade nas comissões, porque não é justo uma Bancada de onze Srs. Deputados ser minoria em todas as comissões, tem que ter, no mínimo, proporcionalidade.

Então, eu gostaria de deixar o meu manifesto, registrado em Ata, de apoio ao Presidente da Assembléia, que pretende fazer uma discussão nesse sentido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Determinamos à Consultoria Técnico-Jurídica providenciar o pedido do nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Nós queremos, a pedido do colega Deputado José Carlos Freitas, registrar a presença do pecuarista Moacir Pires, pai do nobre Deputado Moacir Pires, e agradecer a sua presença.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, Deputado Eliene, Deputado Jair Mariano, nobres Pares, imprensa, pai do nosso amigo Moacir Pires - inclusive, foi o Sr. Moacir Pires que elegeu o Moacirzinho, eu sou testemunha disso, se não fosse o pai não tinha jeito mesmo!

Mas, Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela Ordem para indicar o Deputado Benedito Pinto para participar da Comissão Especial para tratar do ICMS, composta por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE - Deferido o pedido do Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu gostaria de dizer ao colegas Deputados que falta ainda um membro da Comissão para o estudo do comportamento do ICMS, e o Deputado Carlão Nascimento...

(O DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, eu sei, mas não vai depender do Deputado José Carlos Freitas.

(O DEPUTADO ROBERTO NUNES FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Mas parece que tem que ter proporcionalidade aqui, não é?

Na verdade, falta um membro do PSDB. Lamentavelmente, terá que ser do PSDB.

Então, foi indicado o Deputado Carlão Nascimento, e falta mais um membro do PSDB para formar a Comissão Especial para acompanhar o comportamento do ICMS do Estado de Mato Grosso.

O Sr. Joaquim Sucena - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, há algumas Sessões eu venho solicitando da Mesa a possibilidade da entrega de exemplares do Regimento Interno.

Ontem, numa reunião de Líderes, houve um acerto para algumas modificações com relação ao tempo do Pequeno e do Grande Expediente e, acima de tudo, foram tomadas também algumas decisões que vão modificar o Regimento Interno. De modo que eu quero solicitar - mais uma vez - que haja o aodamento, o apressamento na confecção do Regimento Interno, para que todos nós possamos ter em mãos mecanismos até para cumprir o ritual das Sessões. Tendo em vista que tenho observado pedidos de "Questão de Ordem" que não se prendem a nada, a coisa alguma; pedidos de palavra "pela Ordem" que também não têm este significado de acordo com a colocação que é feita; "apartes" feitos fora

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 11 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

de hora; a condução da própria Sessão sofrendo interrupções... Eu acredito que com a chegada do Regimento Interno em nossas mãos, principalmente dos doze novos Deputados que tiveram assento, nós poderemos ter a tranqüilidade para fazer com que a Sessão possa ser mais ágil e, acima de tudo, muito mais embasada nos questionamentos que podem ser feitos à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com relação à reivindicação do nobre Deputado Joaquim Sucena, fomos informados, também, que a gráfica atrasou o trabalho de confecção, mas que, neste final de semana, estará entregando-o à Assembléia e creio que na próxima Sessão, terça-feira, estaremos distribuindo os exemplares do Regimento Interno a cada Deputado.

Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Humberto Bosaipo, Moacir Pires e Everaldo Simões; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Roberto Nunes (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS), Riva (PSDB) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Amador Tut (PL), Benedito Pinto (Sem filiação Partidária), Hermínio J. Barreto (PL), Silval Barbosa (PTB) e Wilson Teixeira Dentinho (PMDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Emanuel Pinheiro, do PFL; e Pedro Satélite, do PMDB.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).